

MODELO PARA ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 01/2013

IMPORTANTE: As contribuições que não se tratam de alteração no texto da Metodologia, mas sim de Texto onde constem as contribuições e respectivas justificativas, deverão ser feitas por meio desta ficha. No item EXTRATO, deverá constar uma síntese da Nota Técnica, com no máximo 100 palavras. Esta ficha deverá ser preenchida e enviada para o e-mail cnap.consulta@planalto.gov.br. Todas as contribuições serão avaliadas e respondidas de forma consolidada em relatório específico.

NOME/IDENTIFICAÇÃO: Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima
CPF/CNPJ: 33.146.952/0001-77

EXTRATO: Sugestão de critério para definir as referências a serem consideradas no estabelecimento da remuneração justa que o prático deve receber pela prestação do serviço.

COMISSÃO NACIONAL PARA ASSUNTOS DE PRATICAGEM – CNAP

CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS – MODELO NOTA TÉCNICA

A remuneração final do prático é a principal incógnita do sistema que se pretende regular. Ela não pode ser baixa, para não desestimular a profissão e gerar evasão ou redução na qualidade do serviço prestado, mas não pode ser elevada demais, para não comprometer a economicidade do transporte aquaviário ou criar distorções com a remuneração de outras atividades profissionais de características / formação equivalente.

A proposta submetida à Consulta Pública não detalha com precisão a forma de estabelecer a referência básica para esses valores, mencionando apenas no item 4.2 uma referência a um “*benchmarking* internacional para a hora trabalhada pelos práticos” e no item 2.1 volta a mencionar uma referência “*A partir de estudos internacionais, deve ser identificada uma Região de Referência (RR), levantando-se o valor médio pago pelos serviços de praticagem para um dado período de análise. Esse valor deve ser convertido para a moeda nacional pela utilização da taxa de câmbio de paridade de poder de compra/ consumo das famílias (R\$/US)*”.

Qualquer valor obtido pela forma indicada no parágrafo anterior sofrerá contestação das partes envolvidas, pois é impossível parametrizar as características dos serviços realizados em diferentes portos, as dificuldades de embarque / desembarque, tipo de equipamento de apoio, relação entre a disponibilidade para atender o serviço e tempo efetivo da faina realizada, etc...

Por outro lado, a remuneração por “hora trabalhada” não nos parece a forma adequada para comparar valores, pois o serviço em questão exige uma disponibilidade de práticos 24h x 7d, independentemente da demanda momentânea existir durante todo o período. A racionalização da programação de atendimento às embarcações é condição indispensável para definir uma lotação adequada para cada ZP, reduzindo o tempo ocioso, sem prejuízo da segurança ou do atendimento no horário solicitado.

Nosso entendimento é de que a remuneração de referência deva ser estabelecida para período mensal ou anual, permitindo a comparação com profissionais assalariados de qualificação equivalente. O fato da categoria de Práticos ser organizada em sociedades uniprofissionais, não os transforma em sócios de empresas que tem por objetivo maximizar o lucro, pois falta-lhes a legitimidade da livre iniciativa operando em concorrência livre, já que prestam um serviço público com garantia de trabalho remunerado vitalício.

A proposta aqui apresentada pretende que a CNAP identifique um grupo de 3 a 4 categorias profissionais que tenham semelhança com o nível de experiência, responsabilidade, treinamento e disponibilidade requerida para exercer a profissão de prático. Apenas como exemplo, podemos mencionar o Comandante de Marinha Mercante, o Comandante de Aviação Comercial, o Controlador de Tráfego Aéreo, o Gerente Operacional de uma indústria de grande porte, o funcionário exercendo cargo de chefia com dedicação integral no serviço público, o oficial das Forças Armadas em postos graduados, e tantas outras que poderiam ser imaginadas.

Uma vez estabelecida uma **Remuneração de Atividade Assalariada de Referência**, seja através de uma média de valores, ou de um % sobre o valor máximo, ou qualquer outra forma adequada de comparação, a transformação da remuneração do trabalho assalariado, com os respectivos encargos incidentes e benefícios adicionais previstos na legislação (férias, 13º salário, FGTS, etc...) e os praticados pelo mercado (plano de saúde, auxílio refeição, etc.), em uma remuneração equivalente, através de retiradas periódicas, de uma sociedade uniprofissional, é uma equação simples e incontestável por qualquer parte envolvida.

A **Remuneração Básica da Atividade** obtida conforme os critérios acima mencionados, poderia ser ajustado para as diferentes ZP's em função de uma tabela de classificação de complexidade das manobras na região, provavelmente preparada com auxílio do estudo de avaliação de Risco Hidroviário, desenvolvido pelo setor técnico da DPC, permitindo ainda um ajuste adicional de “operação em locais remotos” ou semelhante, para corrigir uma alegada desvantagem dos Práticos qualificados em algumas ZP's.